

O Proletariado Revolucionário E o Direito das Nações à Autodeterminação

**Vladimir Ilitch Lênine
1915**

Escrito em alemão não antes de 16 (29) de Outubro de 1915.

Presente tradução na versão das Obras Escolhidas de V.I.Lênine
Edição em Português da Editorial Avante, 1986, t2 , pp 272-278
Traduzido das O. Completas de VI Lênine 5ªEd. russo t.27, pp. 61-68

O manifesto de Zimmerwald, tal como a maioria dos programas ou resoluções táticas dos partidos sociais-democratas, proclama o «direito dos povos à autodeterminação». Parabellum, nos n.ºs 252-253 do *Berner Tagwacht*¹ declara «ilusória» a «luta pelo inexistente direito à autodeterminação» e **opõe-lhe** «a luta revolucionária de massas do proletariado contra o capitalismo», **assegurando** ao mesmo tempo que «nós somos contra as anexações» (esta afirmação é repetida **cinco vezes** no artigo de Parabellum) e contra quaisquer violências sobre as nações.

A fundamentação da posição de Parabellum reduz-se a dizer que actualmente todas as questões nacionais, a questão da Alsácia-Lorena, a questão arménia, etc., são questões do imperialismo - que o capital ultrapassou os limites dos Estados nacionais - que se não pode «fazer andar a roda da história para trás», para o ideal ultrapassado dos Estados nacionais, etc.

Vejamos se os raciocínios de Parabellum são correctos.

Em primeiro lugar, é precisamente Parabellum que olha para trás, e não para a frente, quando, partindo em campanha contra a adopção pela classe operária do «ideal do Estado nacional», volta os olhos para a Inglaterra, a França, a Itália, a Alemanha, isto é, para os países onde o movimento de libertação nacional pertence ao passado, e não para o Oriente, para a Ásia, a África, as colónias, onde esse movimento pertence ao presente e ao futuro. Basta citar a Índia, a China, a Pérsia, o Egipto.

Prossigamos. O imperialismo significa que o capital ultrapassou o quadro dos Estados nacionais, significa o alargamento e a agudização da opressão nacional sobre uma nova base histórica. Daí decorre precisamente, ao contrário do que diz Parabellum, que nós devemos **ligar** a luta revolucionária pelo socialismo a um programa revolucionário na questão nacional.

Acontece que Parabellum, **em nome** da revolução socialista, rejeita com desdém um programa consequentemente revolucionário no domínio democrático. Isto é errado. O proletariado não pode vencer senão através da democracia, isto é, realizando integralmente a democracia e ligando a cada passo da sua luta reivindicações democráticas formuladas da maneira mais decidida. É absurdo **opor** a revolução socialista e a luta revolucionária contra o capitalismo a **uma** das questões da democracia, neste caso a questão nacional. Devemos **combinar** a luta revolucionária contra o capitalismo a um programa e a uma táctica revolucionários em relação a todas as reivindicações democráticas: república, milícia, eleição dos funcionários pelo povo, igualdade de direitos das mulheres, autodeterminação das nações, etc. Enquanto existir o capitalismo, todas essas reivindicações só serão realizáveis como excepção e mesmo assim de maneira incompleta e deformada. Apoiando-nos na democracia já existente, desmascarando o seu carácter incompleto sob o capitalismo, nós exigimos o derrubamento do capitalismo, a expropriação da burguesia, como base necessária tanto para liquidar a miséria das massas como para a **completa e integral** realização de **todas** as transformações democráticas. Algumas dessas transformações serão iniciadas antes do derrubamento da burguesia, outras **durante** esse derrubamento, outras ainda depois dele. A revolução social não é uma batalha única, mas uma época com toda uma série de batalhas por todas e cada uma das questões das transformações económicas e democráticas, que só terminarão com a expropriação da burguesia. É precisamente em nome desse objectivo final que devemos formular de modo consequentemente revolucionário **cada uma** das nossas reivindicações democráticas. É inteiramente concebível que os operários de qualquer país determinado derrubem a burguesia **antes** da realização integral mesmo de uma só transformação democrática essencial. Mas é completamente inconcebível que o proletariado, como classe histórica, possa vencer a burguesia se

1 **Berner Tagwacht (Sentinela de Berna)**: jornal, órgão do Partido Social-Democrata da Suíça; publica-se em Berna desde 1893. Em 1909-1918 R. Grimm foi o director deste jornal. No início da guerra mundial imperialista foram publicados neste jornal artigos de W. Liebknecht, F. Mehring e outros sociais-democratas de esquerda. A partir de 1917 passou a apoiar abertamente os sociais-chauvinistas.

não estiver preparado para isso por uma educação no espírito do democratismo mais consequente e resolutamente revolucionário.

O imperialismo é a progressiva opressão das nações do mundo por um punhado de grandes potências, é a época das guerras entre estas pelo alargamento e o reforço da opressão sobre as nações, a época da mistificação das massas populares pelos sociais-patriotas hipócritas, isto é, por pessoas que a **pretexto** da «liberdade das nações», do «direito das nações à autodeterminação» e da «defesa da pátria» justificam e defendem a opressão da maioria das nações do mundo pelas grandes potências.

Por isso um ponto central no programa da social-democracia deve ser precisamente a divisão das nações em opressoras e oprimidas, que constitui a **essência** do imperialismo e que é **mentirosamente** eludida pelos sociais-chauvinistas e por Kautsky. Essa divisão não é essencial do ponto de vista do pacifismo burguês ou da utopia pequeno-burguesa da concorrência pacífica entre nações independentes no capitalismo, mas é essencial do ponto de vista da luta revolucionária contra o imperialismo. E dessa divisão deve decorrer a **nossa** definição do «direito das nações à autodeterminação», definição consequentemente democrática, revolucionária e **conforme** com a tarefa geral da luta imediata pelo socialismo. Em nome desse direito, defendendo o seu reconhecimento sem hipocrisias, os sociais-democratas das nações opressoras devem reivindicar a liberdade de separação das nações oprimidas - pois de contrário o reconhecimento da igualdade de direitos das nações e a solidariedade internacional dos operários seria na prática apenas uma palavra oca, apenas uma hipocrisia. Quanto aos sociais-democratas das nações oprimidas, devem pôr em realce a unidade e a fusão dos operários das nações oprimidas com os operários das nações opressoras - pois de contrário esses sociais-democratas tornar-se-ão involuntariamente aliados de uma ou outra **burguesia** nacional, que trai **sempre** os interesses do povo e a democracia, sempre pronta, por seu lado, a anexar e oprimir outras nações.

Pode servir de exemplo instrutivo a maneira como se colocava a questão nacional no final dos anos 60 do século passado. Os democratas pequeno-burgueses, estranhos a qualquer ideia de luta de classes e de revolução socialista, desenharam a utopia de uma concorrência pacífica entre nações livres e iguais em direitos no capitalismo. Os proudhonistas «negavam» completamente a questão nacional e o direito das nações à autodeterminação do ponto de vista das tarefas imediatas da revolução social. Marx ridicularizou o proudhonismo francês e mostrou a sua afinidade com o chauvinismo francês («toda a Europa pode e deve ficar tranquila e pacificamente sentada sobre o seu traseiro até que os senhores em França liquidem a miséria»... «sem que eles próprios se apercebam disso, compreendem, ao que parece, por negação das nacionalidades, a sua absorção pela nação-modelo, pela nação francesa»). Marx reivindicava a **separação da Irlanda** da Inglaterra - «mesmo que depois da separação se chegasse à federação» - e reivindicava-a não do ponto de vista da utopia pequeno-burguesa do capitalismo pacífico, nem da «justiça para com a Irlanda», mas do ponto de vista dos interesses da luta revolucionária do proletariado **da nação opressora, isto é, inglesa**, contra o capitalismo. A liberdade **desta** nação era tolhida e deformada pelo facto de ela oprimir outra nação. O internacionalismo do proletariado **inglês** seria uma frase hipócrita se **ele** não reivindicasse a separação da Irlanda. Não tendo nunca sido partidário dos pequenos Estados, nem da fragmentação estatal em geral, nem do princípio da federação, Marx considerava a separação da nação oprimida como um passo para a federação e, por conseguinte, não para a fragmentação mas para a concentração tanto política como económica, mas uma concentração numa base democrática. Do ponto de vista de Parabellum, Marx travou, provavelmente, uma «luta ilusória» ao expor esta reivindicação de separação da Irlanda. Mas na realidade **só** essa reivindicação era um programa consequentemente revolucionário, só ela correspondia ao internacionalismo, só ela defendia a concentração **de modo não** imperialista.

O imperialismo dos nossos dias conduziu a que a opressão de nações pelas grandes potências se tenha tornado um fenómeno generalizado. É precisamente o ponto de vista da luta contra o social-chauvinismo das nações que são grandes potências, as quais travam presentemente uma guerra imperialista para reforçar a opressão sobre as nações e oprimem a maioria das nações do mundo e a maioria da população da terra, é precisamente esse ponto de vista que deve ser decisivo, principal, fundamental no programa nacional da social-democracia.

Vejamos as actuais tendências do pensamento social-democrata sobre esta questão. Os utopistas pequeno-burgueses que sonham com a igualdade e a paz entre as nações no capitalismo cederam o lugar aos sociais-imperialistas. Ao lutar contra os primeiros, Parabellum luta contra moínhos de vento, fazendo involuntariamente o jogo dos segundos. Qual é o programa dos sociais-chauvinistas na questão nacional?

Ou negam de todo em todo o direito à autodeterminação, apresentando argumentos no género dos de Parabellum (Cunow, Parvus, os oportunistas russos: Semkovski, Libman, etc.). Ou então reconhecem esse direito de maneira claramente hipócrita, não o aplicando precisamente às nações que são oprimidas pela sua própria nação ou pelos aliados militares da sua própria nação (Plekhánov, Hyndman, todos os patriotas francófilos, depois Scheidemann, etc., etc.). A formulação mais plausível, e por isso mais perigosa para o proletariado, da mentira social-chauvinista é feita por Kautsky. Em palavras ele é **a favor** da autodeterminação das nações, em palavras ele é a favor de que o partido social-democrata «*die Selbständigkeit der Nationen allseitig (!) und rückhaltlos (??) achtet und fordert*»² (*Neue Zeit*, 33, II, S. 241; 21.V. 1915). Mas **na realidade** ele adapta o programa nacional ao social-chauvinismo dominante, deturpa-o e trunca-o, não define com precisão os deveres dos socialistas das nações opressoras e falsifica mesmo abertamente o princípio democrático, dizendo que exigir a «independência estatal» (*staatliche Selbständigkeit*) para cada nação significaria exigir «demasiado» («*zu viel*», *Neue Zeit*, 33, II, 77; 16.IV. 1915). Basta, vejam bem, a «autonomia nacional»!! É precisamente a questão principal, aquela que a burguesia imperialista não permite abordar - a questão das **fronteiras do Estado**, baseado na opressão das nações -, Kautsky elude-a, retirando do programa aquilo que é mais essencial, para agradar a essa burguesia. A burguesia está pronta a prometer qualquer «igualdade das nações» e qualquer «autonomia nacional» desde que o proletariado se mantenha no quadro da legalidade e se lhe submeta «pacificamente» na questão das **fronteiras** do Estado! Kautsky formula o programa nacional da social-democracia de maneira reformista e não revolucionária.

O Parteivorstand³, Kautsky, Plekhánov e C^a subscrevem com as duas mãos o programa nacional de Parabellum, ou melhor, a sua afirmação de que «nós somos contra as anexações», precisamente porque esse programa não desmascara os sociais-patriotas dominantes. Esse programa subscrevem-no também os burgueses pacifistas. O magnífico programa **geral** de Parabellum («luta revolucionária de massas contra o capitalismo») serve-lhe - tal como aos proudhonistas dos anos 60 - não para, de acordo com ele, no seu espírito, elaborar um programa intransigente, igualmente revolucionário, na questão nacional, mas para limpar aqui o terreno aos sociais-patriotas. A maioria dos socialistas do mundo pertence na nossa época imperialista às nações que oprimem outras nações e que procuram alargar essa opressão. Por isso a nossa «luta contra as anexações» será uma luta sem conteúdo, que nada terá de assustador para os sociais-patriotas, se nós não declararmos: o socialista de uma nação opressora que não faça tanto em tempo de paz como em tempo de guerra propaganda da liberdade de separação das nações oprimidas não é socialista nem internacionalista, é chauvinista! O socialista de uma nação opressora que não faça essa propaganda a despeito das proibições dos governos, isto é, na imprensa livre, isto é, ilegal, será um partidário hipócrita da igualdade de direitos das nações!

2 «Respeite e defenda em todos os aspectos (!) e sem reservas (??) a auto-determinação das nações.» (N. Ed.)

3 Direcção do Partido Social-Democrata Alemão. (N. Ed.)

A propósito da Rússia, que ainda não terminou a sua revolução democrática burguesa, Parabellum disse **uma** única frase:

«Selbst das wirtschaftlich sehr zurückgebliebene Rußland hat in der Haltung der Polnischen, Lettischen, Armenischen Bourgeoisie gezeigt, daß nicht nur die militärische Bewachung es ist, die die Völker in diesem "Zuchthaus der Völker" zusammenhält, sondern Bedürfnisse der kapitalistischen Expansion, für die das ungeheure Territorium ein glänzender Boden der Entwicklung ist.»⁴

Isto não é um «ponto de vista social-democrata» mas burguês liberal, não é internacionalista mas chauvinista grão-russo. Parabellum, que luta tão admiravelmente contra os sociais-patriotas alemães, conhece pelos vistos muito mal este último chauvinismo. Para fazer desta frase de Parabellum uma tese social-democrata e tirar conclusões sociais-democratas, é necessário modificá-la e completá-la do seguinte modo:

A Rússia é uma prisão de povos não apenas em consequência do carácter militar-feudal do tsarismo, não apenas porque a burguesia grã-russa apoia o tsarismo, mas também porque a burguesia polaca, etc., sacrificou aos interesses da expansão capitalista a liberdade das nações, do mesmo modo que a democracia em geral. O proletariado da Rússia não pode nem marchar à frente do povo para a revolução democrática vitoriosa (esta é a sua tarefa mais imediata) nem lutar juntamente com os seus irmãos proletários da Europa pela revolução socialista sem reivindicar desde já completa e «rückhaltlos»⁵, a liberdade, para todas as nações oprimidas pelo tsarismo, de se separarem da Rússia. Não reivindicamos isto independentemente da nossa luta revolucionária pelo socialismo, mas porque esta luta será uma palavra oca se a não ligarmos num todo com a formulação revolucionária de todas as questões democráticas, incluindo a questão nacional. Nós reivindicamos a liberdade de autodeterminação, **isto é**, a independência, **isto é**, a liberdade de separação das nações oprimidas, não porque sonhemos com o fraccionamento económico ou com o ideal de pequenos Estados, mas, pelo contrário, porque queremos grandes Estados e a aproximação, e mesmo a fusão, das nações, mas numa base autenticamente democrática, autenticamente internacionalista, **inconcebível** sem a liberdade de separação. Tal como Marx em 1869 reivindicava a separação da Irlanda não para o fraccionamento mas para a futura união livre da Irlanda com a Inglaterra, não por «justiça para com a Irlanda» mas no interesse da luta revolucionária do proletariado inglês, assim nós consideramos que a recusa dos socialistas da Rússia a reivindicar a liberdade de autodeterminação das nações, no sentido por nós indicado, é uma traição directa à democracia, ao internacionalismo e ao socialismo.

4 «Mesmo a Rússia, muito atrasada economicamente, mostrou no comportamento da burguesia polaca, letã e arménia que não é só a férula militar que mantém os povos nesta "prisão de povos", mas também necessidades da expansão capitalista, para a qual um imenso território constitui um terreno magnífico de desenvolvimento.» (N. Ed.)

5 «Sem reservas.» (N. Ed.)